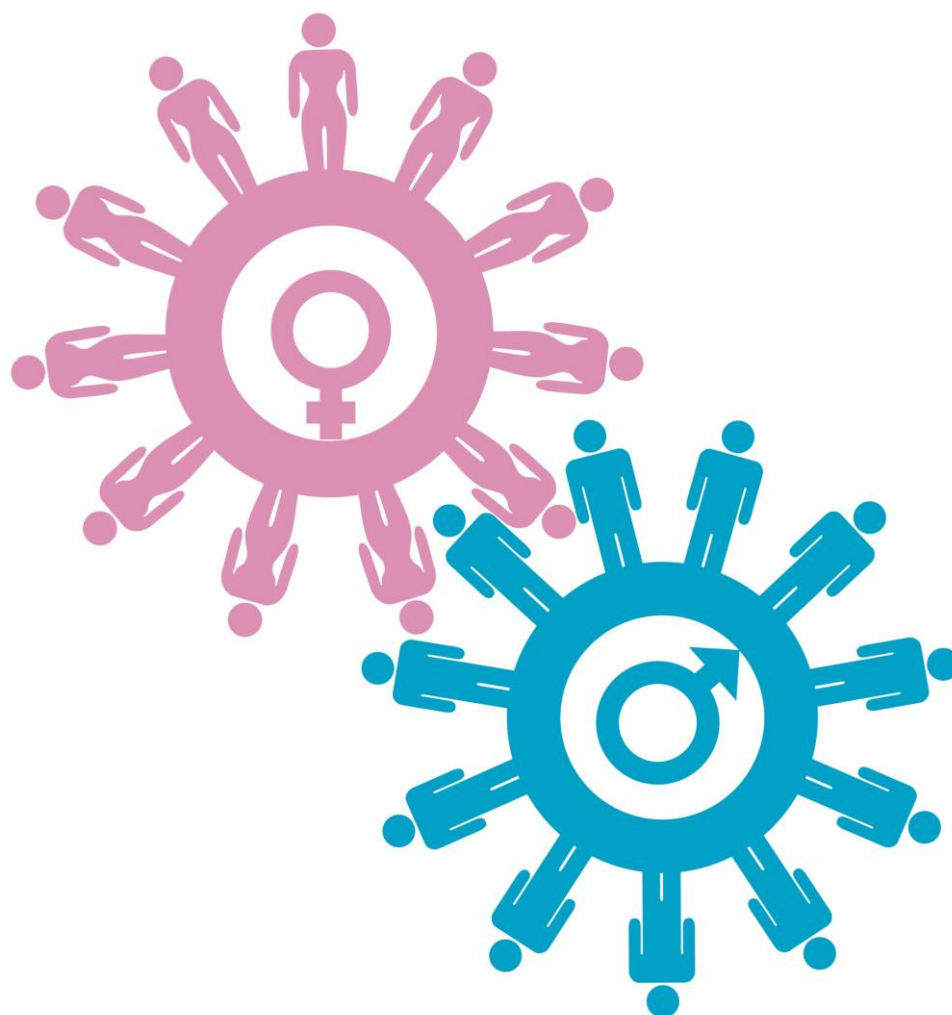


As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho



As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho

Brasília
Março, 2013

Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan
SAM – Projeção H
Ed. Sede CODEPLAN
CEP: 70620-000 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz – Governador

Nelson Tadeu Filippelli – Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto – Secretário de Estado

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

Júlio Miragaya – Presidente

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Júlio Miragaya – Diretor (respondendo)

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Oswaldo Russo de Azevedo – Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS

Wilson Ferreira de Lima – Diretor

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Salviano Antônio Guimarães Borges – Diretor

SECRETARIA GERAL

Edivan Batista Carvalho – Secretário Geral

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Osvaldo Russo – Diretor

Coordenação Geral

Virgínia Maria Dalfior Fava

Equipe Técnica

Márcio Fernandes Maurício

Tatiana Farias Moreira

Colaboração:

Miriam Francisca Silva Chaves Ferreira
(Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas)

Editoração

Virgínia Maria Dalfior Fava

Revisão

Valda Queiroz

Lista de Figuras

Figura 1. Evolução da taxa de participação de homens e de mulheres no mercado de trabalho.....	9
Figura 2. Evolução da taxa de ocupação de homens e de mulheres.....	11
Figura 3. Evolução da razão entre o rendimento médio mensal de mulheres e homens.....	13
Figura 4. Taxa de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho, segundo o nível de escolaridade.....	14
Figura 5. Taxa de ocupação de mulheres e homens no mercado de trabalho, segundo o nível de escolaridade.....	15
Figura 6. Razão entre o rendimento médio mensal de mulheres e homens, por nível de escolaridade.....	15
Figura 7. Razão entre o rendimento médio mensal de mulheres e homens nos setores público e privado, por nível de escolaridade.....	16

Lista de Tabelas

Tabela 1. Número e distribuição percentual de mulheres economicamente ativas por nível de escolaridade e taxa de participação feminina no mercado de trabalho (2001 e 2011).....	10
Tabela 2. Número e distribuição percentual de homens economicamente ativos por nível de escolaridade e taxa de participação feminina no mercado de trabalho (2001 e 2011).....	11
Tabela 3. Taxa de ocupação e distribuição percentual das mulheres ocupadas por nível de escolaridade (2001 e 2011).....	12
Tabela 4. Taxa de ocupação e distribuição percentual dos homens ocupados por nível de escolaridade (2001 e 2011).....	12
Tabela 5. Taxa de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho, segundo Região Administrativa.....	19
Tabela 6. Taxa de ocupação de mulheres e homens no mercado de trabalho, segundo Região Administrativa.....	20
Tabela 7. Razão do rendimento médio mensal entre mulheres e homens, segundo nível de escolaridade e Região Administrativa.....	21

Sumário

Introdução.....	8
Participação das mulheres no mercado de trabalho de 2001 a 2011	9
As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho em 2011.....	13
Considerações finais.....	17

Introdução

Uma volta à história humana mostra que as mulheres sempre trabalharam. Desde o Brasil Colonial, por exemplo, entre os séculos XVI e XVIII, as mulheres marcavam presença no exercício do pequeno comércio. Nessa época, havia uma divisão de trabalho assentada em características sexuais, com exclusividade feminina em atividades na costura de roupas e no comércio de mercadorias muitas vezes produzidas na própria região¹. Já no final do século XIX, as mulheres de classe média também estavam presentes nas escolas, como professoras.

Então, por que o tema do trabalho feminino tem sido tão debatido nos dias atuais? O aumento da visibilidade do trabalho feminino na segunda metade do século XX deve-se principalmente à ocupação pelas mulheres em postos de trabalho antes ocupadas exclusivamente por homens. Essa ocupação ocorreu devido ao envio dos homens para os campos de batalha durante a I e a II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945), quando as mulheres passaram a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Com o fim das guerras, o alto número de óbitos masculinos e a grande quantidade de homens mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho propiciaram a continuidade da presença feminina no mercado de trabalho².

Esse contexto assegurou a inclusão feminina no mercado de trabalho, e, desde então, a importância da mulher nessa área está crescendo. O Governo Federal reconhece a relevância de garantir o direito das mulheres, não apenas no campo do trabalho, e cria, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com competência de formular, coordenar e articular políticas voltadas para as mulheres, com uma área especificamente responsável por formular políticas e desenvolver, implementar e apoiar programas e projetos para as mulheres nas áreas de trabalho, empreendedorismo e autonomia econômica das mulheres³. No Distrito Federal, somente em 2011, foi criada a Secretaria de Estado da Mulher⁴, que possui um eixo de ação denominado *Rede Mulher Trabalhadora*, com as atribuições de articular e de propor políticas públicas e efetivar ações voltadas para a qualificação profissional das mulheres e para a sua inserção no mercado de trabalho.

Neste trabalho, serão apresentadas informações acerca das mulheres do Distrito Federal e sua relação com o mercado de trabalho, com o objetivo de contribuir para o delineamento de políticas públicas voltadas para essa área. Acompanhar os principais indicadores da área é

¹ DEL PRIORY, Mary. Mulheres e trabalho na história do Brasil. *In: Mulher e Trabalho*. Brasília: MEC, 2006.

² ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, 20, 2, 157-176, 2003.

³ Lei nº 10.683, de 28 de março de 2003 e Decreto nº 7.765, de 25 de junho de 2012.

⁴ Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011.

fundamental para fazer um diagnóstico das mulheres no mercado de trabalho, verificar os resultados das políticas públicas e identificar os avanços que ainda são necessários.

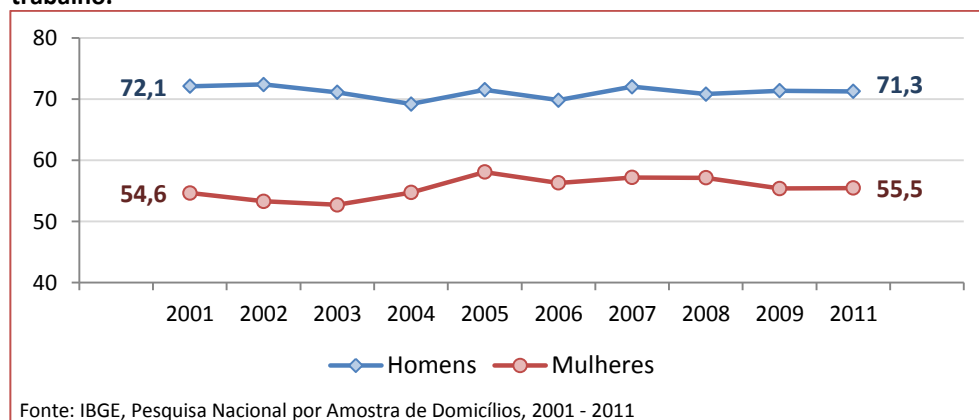
As próximas seções apresentarão as mudanças ocorridas na força de trabalho feminina em comparação com a masculina no Distrito Federal, no período de 2001 a 2011, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), e as características do mercado de trabalho para ambos os sexos por Região Administrativa, com base nos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2011 (PDAD 2011/Codeplan).

Participação das mulheres no mercado de trabalho de 2001 a 2011

Os indicadores típicos utilizados para analisar a inclusão dos indivíduos no mercado de trabalho são a taxa de participação e a taxa de ocupação. A taxa de participação refere-se ao percentual de pessoas economicamente ativas entre aquelas de 10 anos ou mais de idade, ou seja, que estavam ocupadas com atividades remuneradas ou que, mesmo sem atividade remunerada, tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho no período analisado. A taxa de ocupação refere-se ao percentual de pessoas ocupadas com atividades remuneradas em relação ao total de pessoas economicamente ativas.

No período de 2001 a 2011, o número de mulheres economicamente ativas cresceu de 512 mil para 671 mil mulheres, um aumento de 31,1%. Contudo, a taxa de participação cresceu apenas de 54,6% para 55,5%, um aumento de 0,9 ponto percentual. A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho esteve abaixo da taxa masculina em todo o período. A diferença entre mulheres e homens diminuiu no período analisado, passou de 17,5 para 15,8 pontos percentuais, mas ainda é significativa (Figura 1).

Figura 1. Evolução da taxa de participação de homens e de mulheres no mercado de trabalho.



Quando a análise é realizada em função do nível de escolaridade, observa-se que, entre 2001 e 2011, houve um aumento no número de mulheres economicamente ativas com 11 anos de estudo ou mais, enquanto houve uma redução entre aquelas com menos de 11 anos de estudo. Contudo, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho diminuiu para todos os níveis de escolaridade (Tabela 1).

Essas duas informações analisadas em conjunto indicam que a redução na taxa de participação das mulheres com menos de 11 anos de estudo ocorreu em função da diminuição da inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho. Já a redução na taxa de participação das mulheres com mais de 10 anos de estudo ocorreu em função do aumento do número total de mulheres nessa condição. Essa afirmação é confirmada pela análise da distribuição percentual das mulheres economicamente ativas em 2001 e em 2011 por grupos de anos de estudo presente na Tabela 1. Enquanto há um aumento no percentual de mulheres com 11 anos de estudo ou mais na força de trabalho, há uma redução no percentual daquelas com menos de 11 anos de estudo.

Tabela 1. Número e distribuição percentual de mulheres economicamente ativas por nível de escolaridade e taxa de participação feminina no mercado de trabalho (2001 e 2011).

Anos de estudo	Nº de mulheres economicamente ativas (em milhares)		Taxa de participação no mercado de trabalho		Distribuição percentual por nível de escolaridade	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Sem instrução	27	26	38,6	34,2	5,3	3,9
1 a 3 anos	26	11	29,9	16,9	5,1	1,6
4 a 7 anos	99	73	38,5	31,9	19,3	10,9
8 a 10 anos	97	90	56,1	48,6	18,9	13,4
11 a 14 anos	185	289	74,6	68,2	36,1	43,1
15 anos ou mais	72	180	80,9	78,9	14,1	26,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001 e 2011.

Ao comparar esses dados com a força de trabalho masculina, apresentados na Tabela 2, observa-se que a taxa de participação masculina no mercado de trabalho era maior que feminina independente do nível de escolaridade durante todo o período analisado. Contudo, essa diferença era menor para aqueles com 15 anos de estudo ou mais. De 2001 a 2011, as diferenças entre homens e mulheres quanto à participação no mercado de trabalho diminuíram para aqueles sem instrução até sete anos de estudo, e aumentou para aqueles com mais de sete anos de estudo. Quanto à distribuição percentual por grupos de anos de estudo, os percentuais de mulheres economicamente ativas eram maiores que os dos homens somente entre aqueles com 11 anos de estudo ou mais.

Tabela 2. Número e distribuição percentual de homens economicamente ativos por nível de escolaridade e taxa de participação feminina no mercado de trabalho (2001 e 2011).

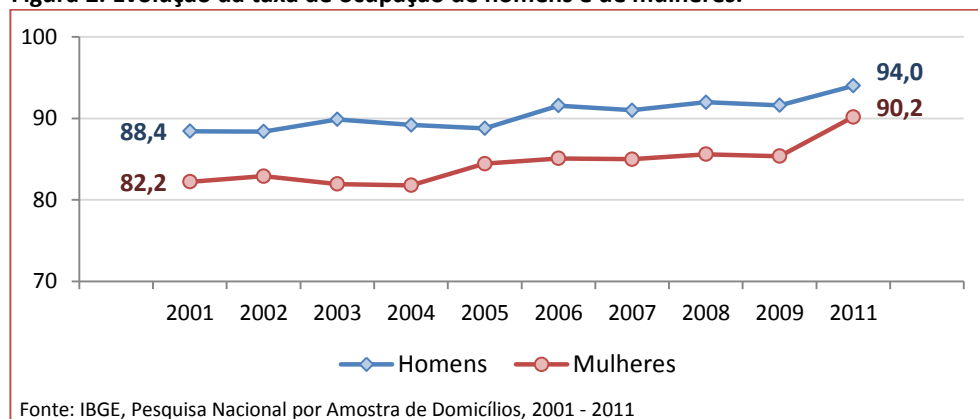
Anos de estudo	Nº de homens economicamente ativos (em milhares)		Taxa de participação no mercado de trabalho		Distribuição percentual por nível de escolaridade	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Sem instrução	41	43	73,2	58,1	7,1	5,6
1 a 3 anos	40	18	48,8	26,9	6,9	2,3
4 a 7 anos	148	104	59,4	49,3	25,6	13,6
8 a 10 anos	108	132	78,3	72,1	18,7	17,2
11 a 14 anos	162	296	90,0	85,8	28,0	38,6
15 anos ou mais	74	173	87,1	88,3	12,8	22,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001 e 2011.

Além disso, com exceção das pessoas sem instrução, há uma correlação positiva entre anos de estudo e taxa de participação no mercado de trabalho para ambos os sexos: quanto maior o nível de escolaridade, maior é a taxa de participação no mercado de trabalho.

Quanto à evolução da taxa de ocupação feminina entre 2001 e 2011, houve um aumento de 8,0 pontos percentuais, passando de 82,2% para 90,2%. Esse aumento foi maior que o observado para a taxa de ocupação masculina, que cresceu 5,6 pontos percentuais (Figura 2). Isso resultou na redução da diferença entre homens e mulheres nessa condição, de 6,2 para 3,8 pontos percentuais.

Figura 2. Evolução da taxa de ocupação de homens e de mulheres.



Quando a análise é realizada em função do nível escolaridade, observa-se que, entre 2001 e 2011, houve um aumento na taxa de ocupação feminina em todos os grupos de anos de estudo, com exceção daqueles das mulheres com 15 anos de estudo ou mais (Tabela 3). Entretanto, a redução na taxa de ocupação das mulheres com esse nível de escolaridade não significa diminuição no número absoluto dessas mulheres que possuíam trabalho remunerado.

Ao contrário, esse número aumentou em quase 150%, passando de 68 mil em 2001 para 168 mil mulheres com 15 anos de estudo ou mais ocupadas em 2011. Possivelmente, essa redução na taxa de ocupação deve-se ao aumento de mulheres com esse nível de escolaridade entre as economicamente ativas. A Tabela 3 mostra ainda que, pela distribuição percentual das mulheres ocupadas por nível de escolaridade, observa-se que houve uma redução no percentual de mulheres ocupadas com menos de 11 anos de estudo e um aumento no percentual de mulheres ocupadas com 11 anos de estudo ou mais.

Tabela 3. Taxa de ocupação e distribuição percentual das mulheres ocupadas por nível de escolaridade (2001 e 2011).

Anos de estudo	Taxa de ocupação no mercado de trabalho		Distribuição percentual por nível de escolaridade	
	2001	2011	2001	2011
Sem instrução	85,2	96,2	5,5	4,1
1 a 3 anos	80,8	100,0	5,0	1,8
4 a 7 anos	76,8	91,8	18,2	11,1
8 a 10 anos	74,2	85,6	17,3	12,8
11 a 14 anos	84,9	88,2	37,6	42,3
15 anos ou mais	94,4	93,3	16,3	27,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001 e 2011.

Ao comparar esses dados com a ocupação dos homens, apresentados na Tabela 4, observa-se que os indicadores masculinos evoluíram de forma semelhante aos femininos entre 2001 e 2011. A taxa de ocupação masculina era pouco maior do que a feminina no período analisado. As exceções ocorreram em 2002, para aqueles com 15 anos de estudo ou mais, e em 2011, para aqueles sem instrução. Vale destacar ainda que, comparando as distribuições percentuais por nível de escolaridade, o percentual de mulheres ocupadas com 11 anos de estudo ou mais são maiores do que o de homens.

Tabela 4. Taxa de ocupação e distribuição percentual dos homens ocupados por nível de escolaridade (2001 e 2011).

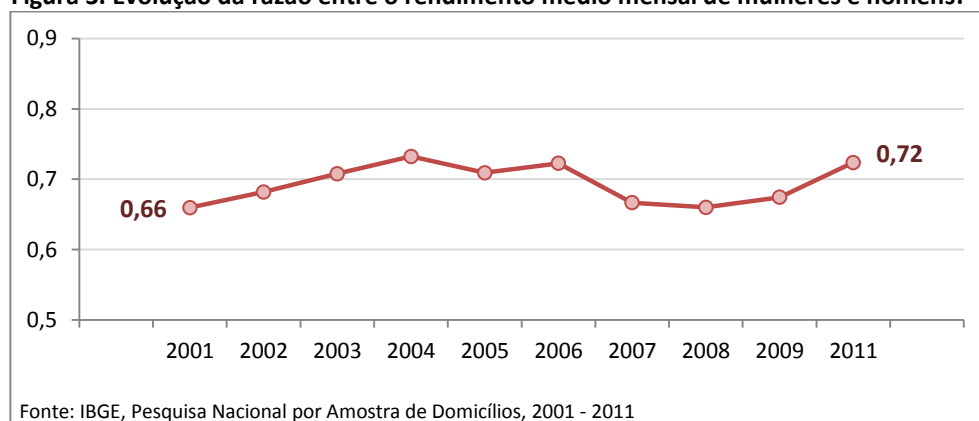
Anos de estudo	Taxa de ocupação no mercado de trabalho		Distribuição percentual por nível de escolaridade	
	2001	2011	2001	2011
Sem instrução	85,4	93,0	6,9	5,6
1 a 3 anos	90,0	100,0	7,1	2,5
4 a 7 anos	83,1	92,3	24,2	13,3
8 a 10 anos	86,1	89,4	18,3	16,4
11 a 14 anos	92,0	94,6	29,3	38,9
15 anos ou mais	97,3	97,1	14,2	23,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001 e 2011.

O indicador utilizado para comparar os rendimentos do trabalho recebidos por mulheres e homens é a razão entre o rendimento médio mensal de mulheres e homens. O valor da razão igual a 1,0 indica que os rendimentos de mulheres e homens são iguais; esse valor menor do que 1,0 indica que os rendimentos das mulheres são inferiores aos dos homens; e esse valor maior do que 1,0 indica que os rendimentos das mulheres são superiores aos dos homens.

A respeito das diferenças de rendimentos recebidos por mulheres e homens entre 2000 e 2011, a Figura 3 mostra que a razão entre o rendimento médio mensal de mulheres e homens manteve-se sempre abaixo de 1,0. Embora tenham ocorrido variações durante o período analisado, houve uma diminuição dessa diferença, com o aumento do valor da razão de 0,66 em 2001 para 0,72 em 2011 (Figura 3).

Figura 3. Evolução da razão entre o rendimento médio mensal de mulheres e homens.



As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho em 2011

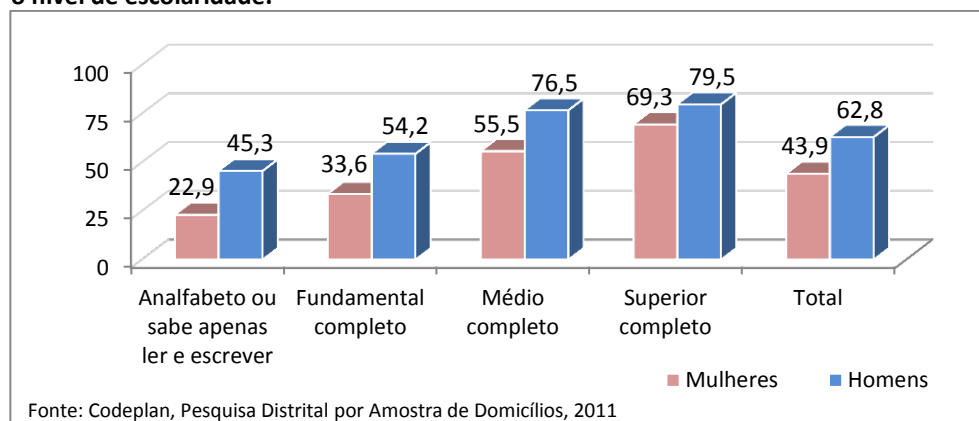
Os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada pela Codeplan, permitem a territorialização das informações por Região Administrativa, o que contribui para localizar situações mais críticas e focalizar políticas. Nesse sentido, serão apresentadas, nessa seção, as características da situação da mulher no mercado de trabalho no Distrito Federal e nas diferentes Regiões Administrativas em 2011. Os dados podem divergir dos apresentados anteriormente, considerando diferenças nos métodos de amostragem e coleta e no tamanho da amostra entre as duas pesquisas que serviram de base para esse trabalho.

Em 2011, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho foi de 43,2% no Distrito Federal, 18,8 pontos percentuais menor que a taxa de participação dos homens. Ao analisar a taxa de participação em função do nível de escolaridade, observa-se que quanto maior o nível de escolaridade, maior é a participação no mercado de trabalho, tanto para as

mulheres como para os homens. Entre as mulheres que não estavam economicamente ativas, somente 8,9% não tinham atividade. A maioria relatou à pesquisa ser “do lar” (32,7%), estudante (31,8%) ou aposentada ou pensionista (26,4%).

Além disso, quanto maior o nível de escolaridade, menor é a diferença entre os sexos: entre os analfabetos ou aqueles que sabem apenas ler e escrever, a diferença entre mulheres e homens é de 22,5 pontos percentuais; já entre aqueles com nível superior completo, essa diferença é de 10,3 pontos percentuais (Figura 4).

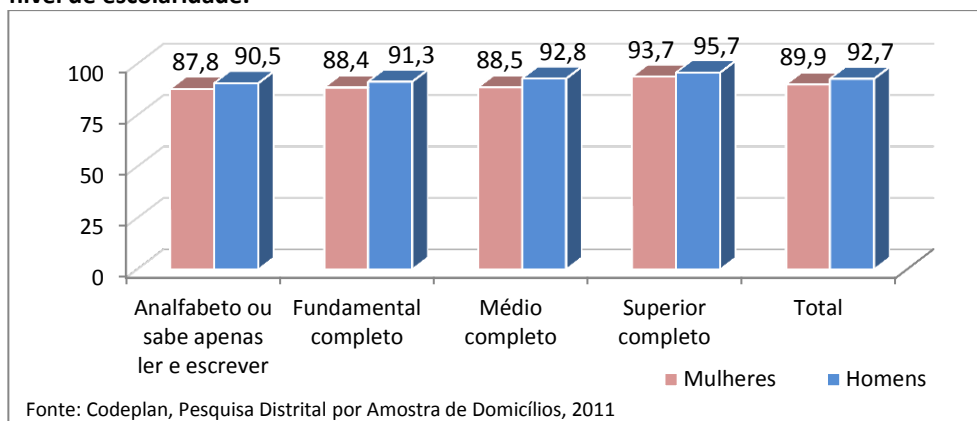
Figura 4. Taxa de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho, segundo o nível de escolaridade.



Ao analisar as informações por Região Administrativa, observa-se que as menores taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho foram encontradas no Gama (38,1%) e em Ceilândia (39,9%). A maior taxa foi encontrada no SIA (67,1%), seguida por Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico, Lago Norte, Cruzeiro e Águas Claras, todas acima de 50%. Em comparação com a taxa de participação masculina, as menores diferenças entre os sexos foram observadas no SIA (6,6%) e no Lago Sul (8,0%). As maiores diferenças foram observadas no Itapoã, Ceilândia, Riacho Fundo II e SCIA-Estrutural, todas acima de 23 pontos percentuais (Tabela 5, p. 19).

Quanto à taxa de ocupação, em 2011, mulheres e homens apresentaram situação semelhante. A taxa de ocupação feminina era de 89,9%, somente 2,8 pontos percentuais abaixo da taxa masculina. E ambas apresentaram a mesma relação da taxa de participação com o nível de escolaridade: quanto maior o nível de escolaridade, maior a taxa de ocupação. Contudo, a maior diferença entre os sexos foi observada entre aqueles que possuíam o ensino médio: 4,3 pontos percentuais (Figura 5).

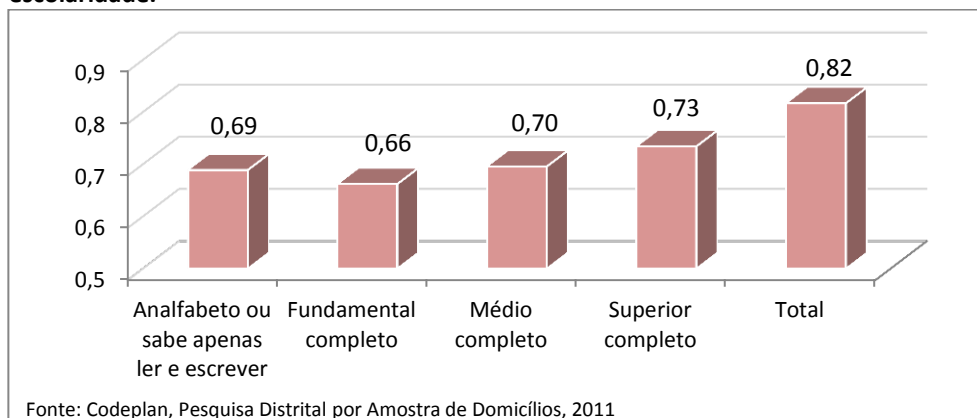
Figura 5. Taxa de ocupação de mulheres e homens no mercado de trabalho, segundo o nível de escolaridade.



Ao analisar as informações por Região Administrativa, observa-se que as menores taxas de ocupação feminina foram encontradas no SCIA-Estrutural (83,5%), em Santa Maria (85,0%) e em Águas Claras (86,5%). Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico, SIA e Lago Sul apresentaram as maiores taxas de ocupação feminina, acima de 95%. Em comparação com a taxa de ocupação masculina, as maiores diferenças entre os sexos foram encontradas em Águas Claras (8,9 pontos percentuais), SCIA-Estrutural (6,7 pontos percentuais) e Santa Maria (5,5 pontos percentuais). Em quatro Regiões Administrativas, a relação se inverte e a taxa de ocupação feminina era maior que a masculina: SIA, Paranoá, Jardim Botânico e Sudoeste/Octogonal (Tabela 6, p. 20).

A respeito das diferenças de rendimentos recebidos por mulheres e homens em 2011, a Figura 6 mostra que a razão entre o rendimento médio mensal entre eles estava abaixo de 1,0, independente do nível de escolaridade. Entretanto, as diferenças entre os rendimentos de mulheres e homens tendem a diminuir com o aumento do nível de escolaridade.

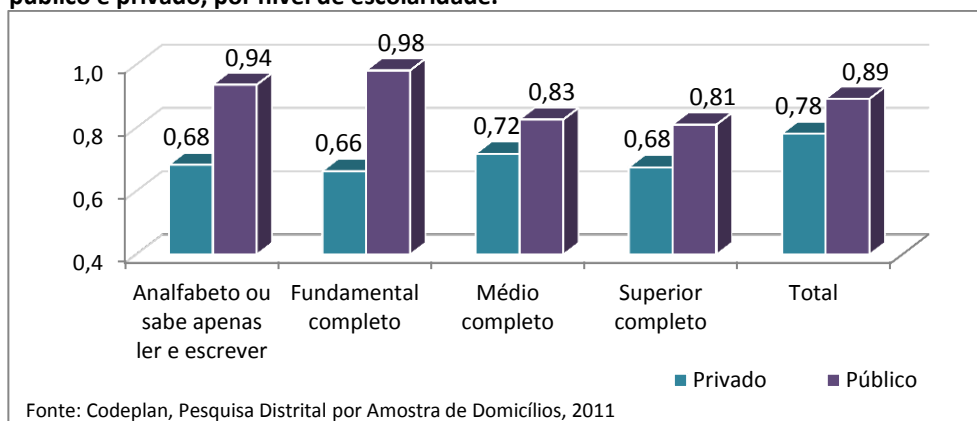
Figura 6. Razão entre o rendimento médio mensal de mulheres e homens, por nível de escolaridade.



A Tabela 7 (p. 21) mostra que a razão entre os rendimentos de mulheres e homens era menor do que 1,0 em todas as Regiões Administrativas, indicando que a renda média das mulheres era menor que a dos homens em todas as localidades. Os menores valores foram encontrados no Lago Sul (0,65) e no Recanto das Emas (0,69), e os maiores em Sobradinho II (0,86) e em Brazlândia (0,84). Foram observados valores de razão entre os rendimentos de mulheres e homens maiores que 1,0 somente em Brasília e no Cruzeiro, entre as pessoas analfabetas ou que sabiam apenas ler e escrever; no Lago Norte, entre as pessoas que possuíam ensino médio completo; e, em Planaltina e no Varjão, entre as pessoas que possuíam ensino superior.

Quando são comparados os valores da razão entre os rendimentos de mulheres e homens no setor público e no setor privado, observam-se menores diferenças entre os sexos no setor público em todos os níveis de escolaridade. Nesse setor, contudo, a relação entre a razão e o nível de escolaridade se inverte: quanto maior o nível de escolaridade, menor é a razão entre os rendimentos de mulheres e de homens, com exceção dos analfabetos ou pessoas que sabem apenas ler e escrever (Figura 7). No setor público, foram incluídos aqueles que prestam serviço público e militar e pessoas com cargo comissionado; no setor privado, foram incluídos os empregados com carteira de trabalho assinada, empregados sem carteira de trabalho assinada, empregados temporários, autônomos e empregadores.

Figura 7. Razão entre o rendimento médio mensal de mulheres e homens nos setores público e privado, por nível de escolaridade.



Considerações finais

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho na metade do século XX, com a inclusão da mulher em atividades antes destinadas somente aos homens, trouxeram para o debate público, tanto por organizações não governamentais como pelo próprio governo, o tema da participação feminina na força de trabalho. Para fortalecer o debate, é fundamental caracterizar como ocorreram essas mudanças nos últimos anos e como está a situação atual do mercado de trabalho, a partir de pesquisas oficiais.

A taxa de participação no mercado de trabalho indica qual é o percentual de pessoas acima de 10 anos que possuem trabalho remunerado ou que estão em busca de trabalho, denominadas de economicamente ativas, ou seja, indica qual parcela da população está disposta a trabalhar em troca de rendimentos. De 2001 a 2011, as taxas de participação feminina e masculina mantiveram-se estáveis no Distrito Federal. A taxa feminina se manteve abaixo da masculina em 16 pontos percentuais, em média, de acordo com a PNAD/IBGE. Contudo, em termos absolutos, as forças de trabalho feminina e masculina cresceram em pouco mais de 30%. A PDAD/Codeplan mostra uma diferença entre os sexos um pouco maior, de 18,8 pontos percentuais em 2011.

A diferença encontrada entre as taxas de participação feminina e masculina pode refletir um aspecto histórico-cultural, e não uma dificuldade de as mulheres se inserirem no mercado de trabalho, dado que 32,7% das mulheres não economicamente ativas declararam ser “do lar”. Além disso, o percentual de mulheres sem atividade alguma é menor do que o de homens nessa condição (8,9% e 11,0%, respectivamente), o que sugere que algumas mulheres podem ter escolhido não se inserir no mercado de trabalho para cuidar dos filhos e da casa. Esse dado, contudo, pode estar ocultando uma situação de desemprego, em que algumas mulheres desistem de procurar trabalho e se torna uma cuidadora do lar para evitar despesas com empregado doméstico ou com creche para os filhos pequenos. Ou pode indicar ainda a condição de outras mulheres que não puderam escolher por terem sido persuadidas a ficar em casa em função de valores histórico-culturais. É preciso realizar pesquisas mais focadas nesse tema a fim de verificar a real condição dessas mulheres.

A taxa de ocupação indica qual é o percentual de pessoas economicamente ativas que possuem trabalho remunerado, ou seja, entre as pessoas que estão dispostas a trabalhar, a taxa indica quantas efetivamente estão trabalhando. As taxas de ocupação feminina e masculina eram altas em 2001 – acima de 80% – e aumentaram ainda mais, atingindo valores acima de

90% em 2011. Além disso, a diferença entre mulheres e homens é bem menor: a PNAD/IBGE mostra uma redução da desigualdade, de 6,2 para 3,8 pontos percentuais de 2001 a 2011; e a PDAD/Codeplan mostra uma diferença de 2,8 pontos percentuais em 2011. Assim, entre aqueles que estão dispostos a trabalhar, a grande maioria está inserida no mercado de trabalho. Isso pode ser atribuído às políticas de geração de emprego e de apoio a microempreendedores, implementadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Distrito Federal. No período de 2001 a 2011, 18 milhões de pessoas foram incorporadas ao mercado formal de trabalho no Brasil. E, nos últimos dois anos, foram gerados mais de 120 mil empregos formais no Distrito Federal.

Nesse contexto, a maior preocupação é a diferença de remuneração entre os sexos. Embora a PNAD/IBGE mostre que essa diferença diminuiu nos últimos anos, ambas as pesquisas evidenciam que o rendimento médio mensal das mulheres está abaixo daqueles recebido pelos homens. Esse retrato foi observado em todas as Regiões Administrativas, com pouquíssimas exceções. É preciso um estudo mais aprofundado para verificar quais são os motivos dessa diferença entre as rendas de mulheres e homens. É possível que haja distinções relativas ao tipo de cargo ocupado e que as áreas de atuação tipicamente masculinas sejam mais bem remuneradas que aquelas comumente escolhidas pelas mulheres. Vale destacar, contudo, que, quanto maior o nível de escolaridade, menor é a diferença de remuneração entre os sexos.

No setor público, essa relação se inverte: quanto maior o nível de escolaridade, maior é a diferença de remuneração entre os sexos. Isso pode ser resultado das maiores diferenças salariais entre os cargos de nível médio e superior nas três esferas do governo (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário).

Este trabalho, portanto, sugere que o mercado de trabalho está absorvendo a grande maioria das pessoas, mulheres ou homens, que estão dispostas a trabalhar, devido, em parte, ao desenvolvimento econômico e à efetividade das políticas públicas de geração de emprego e renda. Além disso, os dados indicam que melhores níveis de escolaridade contribuem para a inserção no mercado de trabalho e para redução de diferenças entre mulheres e homens.

Por fim, são levantadas duas questões: (1) quais são os motivos para que um menor percentual de mulheres busque trabalho remunerado, e (2) quais são as especificidades no trabalho de mulheres e homens que resultam nas diferenças de remuneração. É preciso responder a essas duas questões de modo a contribuir de forma efetiva no delineamento de políticas públicas voltadas para abolir a discriminação e reduzir a desigualdade de gênero estabelecendo relação mais igualitária entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 5. Taxa de participação* de mulheres e homens no mercado de trabalho, segundo Região Administrativa.

Região Administrativa	Mulheres	Homens
Águas Claras	50,1	67,1
Brasília	46,4	60,7
Brazlândia	40,3	60,7
Candangolândia	45,8	63,8
Ceilândia	39,9	63,7
Cruzeiro	51,0	62,1
Gama	38,1	56,9
Guará	46,9	62,3
Itapoã	41,7	65,8
Jardim Botânico	53,8	66,8
Lago Norte	51,1	61,3
Lago Sul	46,5	54,5
Núcleo Bandeirante	49,8	62,9
Paranoá	48,2	63,5
Park Way	48,5	59,4
Planaltina	40,3	60,8
Recanto das Emas	43,1	63,1
Riacho Fundo	45,4	63,5
Riacho Fundo II	41,5	64,9
Samambaia	41,2	62,8
Santa Maria	45,2	63,7
São Sebastião	47,1	67,9
SCIA-Estrutural	40,0	63,4
SIA	67,1	73,7
Sobradinho	43,4	60,3
Sobradinho II	44,5	64,2
Sudoeste/Octogonal	58,8	69,6
Taguatinga	42,4	61,5
Varjão	49,0	62,9
Vicente Pires	47,6	64,2
Distrito Federal	43,9	62,8

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2011.

* A taxa de participação refere-se ao percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que estavam economicamente ativas, ou seja, ocupadas com atividades remuneradas ou que, mesmo sem atividade remunerada, tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho no período analisado.

Tabela 6. Taxa de ocupação* de mulheres e homens no mercado de trabalho, segundo Região Administrativa.

Região Administrativa	Mulheres	Homens
Águas Claras	86,5	95,4
Brasília	91,7	93,2
Brazlândia	87,2	89,2
Candangolândia	88,0	90,5
Ceilândia	88,1	92,5
Cruzeiro	90,9	92,0
Gama	87,8	90,7
Guará	91,9	93,7
Itapoã	88,3	92,9
Jardim Botânico	96,3	96,1
Lago Norte	94,9	96,1
Lago Sul	95,2	95,9
Núcleo Bandeirante	91,1	94,8
Paranoá	89,3	87,9
Park Way	92,8	94,6
Planaltina	89,2	91,1
Recanto das Emas	93,1	93,5
Riacho Fundo	91,0	93,2
Riacho Fundo II	91,1	92,9
Samambaia	88,9	93,3
Santa Maria	85,0	90,4
São Sebastião	88,2	91,7
SCIA-Estrutural	83,5	90,2
SIA	95,5	92,8
Sobradinho	89,9	92,3
Sobradinho II	89,1	93,8
Sudoeste/Octogonal	97,8	97,6
Taguatinga	90,9	91,4
Varjão	87,5	90,8
Vicente Pires	93,4	94,7
Distrito Federal	89,9	92,7

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2011.

* A taxa de ocupação refere-se ao percentual de pessoas ocupadas com atividades remuneradas em relação ao total de pessoas economicamente ativas.

Tabela 7. Razão do rendimento médio mensal entre mulheres e homens, segundo nível de escolaridade e Região Administrativa.

Região Administrativa	Analfabeto ou sabe apenas ler e escrever	Fundamental completo	Médio completo	Superior completo	Total
Águas Claras	0,62	0,43	0,70	0,69	0,71
Brasília	1,16	0,44	0,69	0,76	0,75
Brazlândia	0,80	0,68	0,68	0,84	0,84
Candangolândia	0,60	0,83	0,62	0,71	0,71
Ceilândia	0,67	0,72	0,73	0,77	0,83
Cruzeiro	1,28	0,36	0,75	0,85	0,82
Gama	0,73	0,58	0,76	0,77	0,81
Guará	0,87	0,64	0,76	0,70	0,78
Itapoã	0,74	0,77	0,80	0,57	0,78
Jardim Botânico	0,57	0,67	0,79	0,72	0,73
Lago Norte	0,60	0,00	1,06	0,76	0,76
Lago Sul	0,04	0,48	0,47	0,75	0,65
Núcleo Bandeirante	0,50	0,58	0,73	0,86	0,81
Paranoá	0,71	0,66	0,81	0,61	0,74
Park Way	0,60	0,54	0,58	0,81	0,77
Planaltina	0,61	0,64	0,65	1,15	0,79
Recanto das Emas	0,59	0,71	0,66	0,68	0,69
Riacho Fundo	0,76	0,65	0,77	0,72	0,83
Riacho Fundo II	0,77	0,67	0,71	0,69	0,76
Samambaia	0,69	0,63	0,65	0,89	0,74
Santa Maria	0,74	0,87	0,75	0,60	0,79
São Sebastião	0,71	0,77	0,69	0,69	0,75
SCIA-Estrutural	0,66	0,84	0,81	0,20	0,75
SIA	0,54	0,95	0,65	0,66	0,80
Sobradinho	0,59	0,88	0,68	0,78	0,81
Sobradinho II	0,56	0,70	0,73	0,77	0,86
Sudoeste/Octogonal	0,17	0,15	0,72	0,79	0,76
Taguatinga	0,72	0,55	0,69	0,80	0,79
Varjão	0,70	0,79	0,69	1,95	0,79
Vicente Pires	0,72	0,78	0,71	0,75	0,80
Distrito Federal	0,69	0,66	0,70	0,73	0,82

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2011.